

AVATARES INTELECTUAIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA NO SÉCULO XIX TARDIO¹

Temporalidades cruzadas e nações em trânsito

AVATARES INTELECTUALES EN BRASIL Y COLOMBIA EN EL SIGLO XIX TARDÍO

Temporalidades cruzadas y naciones en tránsito

HÉCTOR ALFONSO MARTÍNEZ CASTILLO²

RESUMO

Este artigo compara as respostas intelectuais da Geração de 1870 no Brasil e da Regeneración na Colômbia diante das crises do final do século XIX. O objetivo é analisar como ambos os grupos elaboraram projetos nacionais divergentes — republicano-secular no Brasil e católico-hispânico na Colômbia — frente a desafios semelhantes de exclusão, modernização e legitimidade. A partir de uma abordagem relacional e transnacional, exploram-se três dimensões: a experiência geracional compartilhada, a reescrita estratégica do passado e a institucionalização de suas ideias nas Constituições de 1886 (Colômbia) e 1891 (Brasil). Os resultados mostram que os intelectuais atuaram como agentes políticos, articulando saberes europeus e tradições locais para disputar o sentido da ordem nacional. Sua ação não se limitou à reflexão teórica, mas incidiu sobre os marcos institucionais e simbólicos de seus países. Conclui-se que essas trajetórias oferecem chaves para compreender a modernidade ibero-americana como um processo heterogêneo, no qual saber e poder se entrelaçaram na construção do Estado e da nação.

Palavras-chave: Gerações intelectuais. Nação. Brasil. Colômbia. Século XIX.

RESUMEN

Este artículo compara las respuestas intelectuales de la Generación de 1870 en Brasil y la Regeneración en Colombia ante las crisis de fines del siglo XIX. Su objetivo es analizar cómo ambos grupos elaboraron proyectos nacionales divergentes — republicano-secular en Brasil y católico-hispánico en Colombia — frente a desafíos similares de exclusión, modernización y legitimidad. Desde un

¹ O autor agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: hector.castillo@aluno.ufop.edu.br

enfoque relacional y transnacional, se exploran tres dimensiones: la experiencia generacional compartida, la reescritura estratégica del pasado y la institucionalización de sus ideas en las Constituciones de 1886 (Colombia) y 1891 (Brasil). Los resultados muestran que los intelectuales operaron como agentes políticos, articulando saberes europeos y tradiciones locales para disputar el sentido del orden nacional. Su acción no se limitó a la reflexión teórica, sino que incidió en los marcos institucionales y simbólicos de sus países. Se concluye que estas trayectorias ofrecen claves para comprender la modernidad iberoamericana como un proceso heterogéneo, donde conocimiento y poder se entrelazaron en la construcción del Estado y la nación.

Palabras clave: Generaciones intelectuales. Nación; Brasil. Colombia. Siglo XIX.

INTRODUÇÃO

Karl Mannheim (1993, p. 234), ao explorar o tema das gerações, propõe que estas são unidades de conflito – vinculadas por meio de um “quadro comum” ou experiências coletivas de uma época – que reinterpretam tradições dentro de um campo de forças históricas em tensão (não há “espírito do tempo” sem antagonismos). Sob essa ótica, o conturbado século XIX não teve uma essência temporal unificada, mas foi marcado por polaridades que, em constante redefinição mútua, representavam respostas divergentes a problemáticas comuns.

Esse marco conceitual ilumina o contraste entre a chamada Geração de 1870 brasileira e o movimento político da Regeneración colombiana: duas respostas geracionais coetâneas que, apesar de emergirem em contextos análogos (sociedades etnicamente diversas, em processo de modernização e em crise de legitimidade e exclusão política), elaboraram projetos nacionais antagônicos diante das crises do final do século XIX. O principal paradoxo reside no fato de que, embora compartilhassem uma mesma conjuntura histórica, suas intervenções intelectuais e políticas impulsionaram projetos nacionais divergentes, revelando tanto antagonismos ideológicos quanto lógicas comuns de construção nacional em um contexto transatlântico.

No primeiro caso, a Geração intelectual de 1870 constituiu um movimento que questionou os fundamentos do regime imperial brasileiro – particularmente a instituição escravista e a monarquia – com o objetivo de transitar para um

modelo republicano, moderno e de secularismo democrático, em conformidade com os paradigmas civilizatórios do final do Oitocentos (SKIDMORE, 1976, p. 25). No segundo, a Regeneración encarnou um projeto com marcados matizes reacionários e tradicionalistas, que buscou reverter a ordem liberal radical instaurada pela Constituição federalista e laica de 1863, substituindo-a por um sistema centralizador, confessional e ancorado na herança hispânica como núcleo identitário (PALACIOS, 2002, p. 267).

Por meio de "procedimentos relacionais" comparativos – que permitem uma "iluminação recíproca" entre as ideias de ambas as gerações e "restabelecer as conexões" às vezes ignoradas entre o nacional e o transnacional (BARROS, 2013) –, o artigo explora três dimensões centrais: primeiro, os espaços de experiência geracional, particularmente sua marginalidade política inicial e sua experiência temporal finissecular voltada à busca do almejado progresso; segundo, a escrita e reinterpretação do passado nacional e suas instrumentalizações políticas no presente; e terceiro, a materialização institucional desses projetos nas Constituições de 1886 (Colômbia) e 1891 (Brasil), onde se evidenciam tanto divergências programáticas quanto convergências em seu caráter fundacional.

Essas dinâmicas não foram espontâneas: as elites intelectuais do período atuaram como articuladoras do debate público e da orientação cultural da nação, desempenhando um papel central na construção de projetos nacionais hegemônicos. Guiados por um repertório intelectual europeu – assim como pelo uso político de tradições locais –, os letrados se engajaram em batalhas ideológicas nas quais os debates se reduziam a uma luta fundamental: preservar a ordem ou promover a mudança social (WASSERMAN, 2015). Sua influência baseava-se no domínio erudito do passado, na retórica nacionalista, na fé no progresso e em práticas associativas (clubes, academias, redes intelectuais), qualidades que definiram o intelectual político oitocentista. Como aponta Carlos Altamirano, sua função foi produzir “discursos de legitimação da ordem social, incluindo a definição da cultura legítima, que não era outra senão a dos próprios letrados” (ALTAMIRANO, 2008, p. 18, tradução nossa).

Longe de constituírem meras respostas locais, ambos os casos oferecem pistas para compreender como as elites intelectuais ibero-americanas

negociaram as contradições de uma época marcada pela disputa entre modelos antagônicos de nação: enquanto alguns abraçaram o paradigma anglo-saxão – com seu projeto modernizador e laicista –, outros reivindicaram o hispanismo católico como base identitária. Espera-se que o estudo comparado desses grupos geracionais e seus projetos nacionais – superando tanto o nacionalismo metodológico quanto a distância historiográfica entre o Brasil e seus vizinhos hispanofalantes – permita abordar a complexidade do período finissecular, destacando a multiplicidade de experiências que caracterizaram essa dimensão metahistórica que foi a modernidade ibero-americana, onde temporalidades díspares e projetos civilizatórios em disputa convergiram.

1. ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA GERACIONAL: O TEMPO FINISSECLAR E AS QUESTÕES TRANSNACIONAIS

O arcabouço teórico-temporal de Koselleck (1979) e Hartog (2022) permite compreender como as crises históricas se transformam em recursos interpretativos que orientam a ação futura e reconfiguram a experiência do tempo. Para Koselleck, essas experiências se sedimentam como lições coletivas transmitidas entre gerações, estruturando o horizonte de expectativa de uma sociedade: “as experiências liberam os prognósticos e os orientam” (p. 308-310). Essa perspectiva adquire especial relevância no final do século XIX, quando os avanços da Segunda Revolução Industrial – que aceleraram o ritmo vital e a percepção temporal – coincidiram com profundas crises políticas e ideológicas globais. Nesse contexto, Hartog (2022) identifica o surgimento do “regime moderno de historicidade”, no qual “o futuro ilumina o passado e traça o caminho da ação” (p. 212). Desse modo, as mudanças de época transformaram não apenas a estrutura temporal e lexical, mas também as coordenadas políticas e cognitivas da modernidade (KOSELLECK, 1979, p. 299-300).

Tanto no Brasil como na Colômbia, a década de 1870 marcou um ponto de inflexão no declínio do sistema imperial brasileiro e do regime liberal radical. As crises políticas e econômicas, agravadas por transformações locais e internacionais decorrentes dos processos de modernização no sistema-mundo e da influência de movimentos ideológicos e políticos transatlânticos, criaram

condições propícias para questionar o *status quo* e promover espaços de participação política orientados a reformas estruturais.

Precisamente, a geração intelectual brasileira que irrompeu na década de 1870 – composta por figuras como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, André Rebouças, Rui Barbosa, entre outros – cresceu em confronto com uma pomposa estrutura de poder senhorial do regime Saquarema (SCHWARCZ, 2001, p. 6). Essa geração expressou uma consciência temporal por meio de um exercício intelectual que refletiu, sobretudo, um diagnóstico coletivo do tempo histórico na parte final do século XIX. Suas obras, debates e mobilizações políticas captaram a complexidade multidimensional do período, caracterizado por uma convivência – não isenta de tensões, mas marcada por uma permeabilidade mútua – entre a modernidade política e técnica, por um lado, e as tradições sociais e culturais vigentes, por outro (FERNÁNDEZ, 2021). A crise de legitimidade do Império após a Guerra do Paraguai, a industrialização e a imigração europeia em massa no sul, a decadência do modelo econômico escravista diante da ascensão do trabalho livre, entre outros fatores (MALERBA, 1999, p. 120–148), refletiram-se no campo da inteligência geracional.

A Regeneración, liderada por Miguel Antonio Caro, Rafael Núñez, Sergio Arboleda, José María Samper, Carlos Martínez Silva e outros “regeneradores”, emergiu como resposta a três lustros de governos liberais radicais e seu projeto modernizador – de caráter federal, laico, anticatólico e ideologicamente próximo ao liberalismo francês –, condensado na Constituição de 1863 (MARTÍNEZ, 2001, p. 433). Descendentes de renomadas famílias republicanas vitoriosas na guerra da Independência e formados sob o domínio dos segredos da linguagem – a gramática, o latim, a poesia e a retórica –, conceberam e edificaram um projeto político e ideológico de caráter centralizador, autoritário, hispanista e católico, em contracorrente à revolução liberal descolonizadora de meio século, com o objetivo de regenerar a nação (JIMÉNEZ, 2018, p. 10).

A combinação de guerra, pobreza, ruptura institucional, perseguição política e o ataque percebido contra as crenças populares foram fatores determinantes para o surgimento do movimento regenerador entre o final da década de 1870 e o início da década de 1880. À crise nacional somou-se um contexto transatlântico de reação antiliberal, influenciado pelas ondas

contrarrevolucionárias europeias de meados do século XIX. Tanto as condenações ao liberalismo por parte de Pio IX (1792-1878) – expressas no *Syllabus Errorum* (1864) e no Concílio Vaticano I (1870) –, quanto a Restauração borbônica na Espanha (1874), impactaram profundamente os setores tradicionalistas e conservadores da Ibero-América, reforçando sua orientação hispanista e católica (MARTÍNEZ, 2001; PÉREZ, 2023).

Brasil e Colômbia refletiram uma tensão comum entre as aspirações modernizadoras e a incapacidade dos sistemas políticos de absorver as demandas de sociedades em transformação vindas dos movimentos intelectuais. Essas respostas geracionais devem ser compreendidas dentro do marco das "mutações" que atravessaram o campo intelectual ibero-americano durante o último quartel do século XIX (MYERS, 2008, p. 47). Nesse período, consolidaram-se teorias como o cientificismo racial – derivado das leituras de Darwin e das leis mendelianas da hereditariedade –, os primeiros indícios do pensamento eugenista e o positivismo como fundamento epistêmico. Esses elementos foram assumidos não apenas como repertórios para diagnosticar as nações – percebidas como atrasadas em relação a uma Europa considerada avançada na escala espaço-temporal do progresso –, mas também como ferramentas intelectuais para orientar os projetos nacionais rumo ao ideal civilizatório e nacional (SCHNEIDER, 2019, p. 53–69).

No caso brasileiro, como destacam Schwarcz e Starling (2015), o "grupo das ideias novas" e a retórica "científica" conseguiram vincular os conceitos de modernização e progresso à noção de república (p. 394), questionando os três pilares do Império: a monarquia, a Igreja e o romantismo cultural. Por meio de distintos grupos – republicanos, abolicionistas, liberais, federalistas, positivistas abolicionistas, etc. –, essas ideias "pareciam constituir um desafio direto — formulado em linguagem de secularismo democrático — a toda a estrutura de hierarquia e de privilégio herdada da era colonial" (SKIDMORE, 1976, p. 25). Romero (1900) sintetizou como ninguém o impacto das "novas ideias" na mudança do espírito de sua geração: "Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte [...] Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa... tudo se agitou, e o brado de alarme partiu da escola do Recife" (ROMERO, 1900, p. XXII-XXIV).

Na Colômbia, os “políticos gramáticos” da Regeneración encarnaram uma reação tradicionalista e conservadora ao liberalismo precedente. Embora seu projeto se fundamentasse na construção nacional, restringiu substancialmente a democracia ao subordinar a política à ortodoxia religiosa, colocando o Estado “a serviço do dogma católico” (JARAMILLO, 2020, pp. 38, 46, tradução nossa). A agenda intelectual da Regeneración na década de 1880 buscou redefinir sua relação com as teorias que pudessem afetar o sentido moral e social. Miguel Antonio Caro resumiu isso da seguinte forma: “Queremos catolizar o Estado, não liberalizar a Igreja” (1875, tradução nossa). Esse projeto marginalizou ideias consideradas “subversivas”, como o darwinismo – “não cremos no sistema de Darwin porque julgamos que o homem é um ser substancialmente distinto de toda a inferior hierarquia de animais” (NÚÑEZ, 1881 apud em CHACÓN, 2023, tradução nossa) – e associou o liberalismo à anarquia, equiparando sua influência cultural a uma “perversão” da identidade nacional (SAMPER, 1886, p. 363).

O contraste geracional era evidente. Enquanto a Geração de 1870 assumiu as ideias modernas e científicas como oportunidades para a contestação social e o reformismo político frente ao regime Saquarema, os regeneradores percebiam esse mesmo espírito de época como essencialmente “subversivo”, associando-o a ameaças às estruturas mais tradicionais da sociedade. Essa rejeição se manifestou particularmente em relação a doutrinas importadas da “Europa revolucionária”, como o darwinismo, que, embora não tenham sido formalmente proibidas, foram notavelmente marginalizadas em comparação com sua recepção e institucionalização em países como o Brasil ou a Argentina (TOVAR, 2002; CHACÓN, 2023).

2. REPRESENTAÇÕES DO PASSADO PARA O FUTURO DA NAÇÃO

No último quartel do século XIX, figuras como Nabuco, Romero, Barbosa, Rebouças (Brasil), Caro, Núñez, Samper e Arboleda (Colômbia) contribuíram para construir representações históricas nacionais através de diversos gêneros e estilos, intervindo em debates que não apenas reinterpretaram o passado, mas também influenciaram o presente e o porvir de suas nações. Sob a influência do

ideal rankeano de objetividade e cientificidade, a história adquiriu um caráter científico, tornando-se útil para a arte de governar. Os historiadores transformaram-se em "um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva" (TURIN, 2009, p. 15). Essa identidade foi construída sobre um passado distante e mítico, porém orientado para o futuro, no qual o intelectual-historiador elaborava uma "retórica da nacionalidade" (CEZAR, 2018).

Esse esforço respondia ao objetivo de consolidar os Estados nacionais por meio de narrativas históricas que conferissem densidade e singularidade a uma biografia coletiva: a nação entendida como comunidade imaginada. Embora essas representações históricas compartilhassem elementos comuns – eurocentrismo, genealogias, teleologia, historicismo – característicos das histórias nacionais ibero-americanas do século XIX, certas noções marcaram trajetórias distintas. Como indica Myers (2008), os intelectuais brasileiros atuavam em um ambiente institucional relativamente estável, herança do Antigo Regime, propício ao debate e à reforma. Em contrapartida, os hispano-americanos operavam em um contexto de instabilidade política, guerras e crises institucionais após a queda da ordem colonial (HERNÁNDEZ, 2023, p. 18).

A geração intelectual brasileira construiu uma narrativa histórica baseada na teleologia do progresso, opondo-se frontalmente ao que percebiam como uma sociedade imperial anacrônica. Para esses pensadores, o Império encarnava um obstáculo à modernização do país, e por isso seu relato historiográfico centrou-se em expor sistematicamente as fissuras e contradições do regime monárquico (COUTO, 2016, p. 116). Esse esforço intelectual visava deslegitimar tanto a tradição monárquica quanto o idealismo romântico que havia caracterizado a historiografia oficial produzida sob a hegemonia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Antônio da Silva Jardim denunciava a história oficial produzida pelo IHGB, afirmando que esta "bajulou, adulou, rojou-se aos pés do rei [...]" (SILVA JARDIM apud ANTONIOLLI, 2020, p. 48).

Além disso, como assevera Nicolazzi (2020, tradução nossa), foi na década de 1870 que o Brasil viu emergir o ensaio histórico como uma "modalidade discursiva privilegiada". Tratou-se de uma reconfiguração das

fronteiras entre literatura, ciência e ciências sociais, que permitiu uma forma híbrida e flexível de interpretar o processo histórico brasileiro. Diferentemente da historiografia erudita e institucional do IHGB, centrada na coleta de documentos para um "juízo futuro", o ensaio lograva criar sínteses e explicações críticas profundas da realidade histórica brasileira.

O pensamento de Sílvio Romero inseriu-se nesta tendência. Criticou duramente a historiografia da geração anterior – encarnada em figuras como Varnhagen e Pereira da Silva, aos quais chamou de “velhos declamadores retóricos” – e defendeu o resgate de uma “história não escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento” (ROMERO apud TURIN, 2013, p. 191). Machado de Assis, em um texto de 1879 sugestivamente intitulado “A nova geração”, descreveu o movimento intelectual da década, ao qual reconhecia um sopro de vitória no simples “esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado” (ASSIS, 1994).

O movimento intelectual republicano no Brasil escavou criticamente o passado nacional para se opor à narrativa oficial monárquica, resgatando figuras e eventos marginalizados pela historiografia imperial. Antonioli (2020) demonstra como os letrados republicanos construíram um "republicanismo histórico" que, segundo sua narrativa, era ainda “mais velho que o próprio país”. Na década de 1880, representantes como Joaquim Assis Brasil e Alcides Lima reinterpretaram a Inconfidência Mineira e exaltaram personagens como Tiradentes (1746-1792) como símbolo da luta contra a tirania monárquica. Machado de Assis também insistiu na necessidade de ressignificar esse episódio como precursor da independência e em reparar a memória dos mártires esquecidos pelo regime imperial: "A última brisa que beijou os cabelos de Xavier [Tiradentes] levou consigo a lembrança de tamanha imolação" (ASSIS apud RAMOS, 2023, p. 187).

Nesse esforço de invenção de uma tradição republicana, os movimentos derrotados após a Independência foram revalorizados como expressões autênticas da nação. A monarquia passou a ser representada como a força repressora que sufocou esses projetos emancipatórios, perseguindo seus mártires. Surgiram, assim, novos símbolos nacionais – bandeiras, hinos e heróis como Tiradentes – em substituição aos imperiais (ALONSO, 2009, p. 160).

Figuras como Frei Caneca (1779–1825), protagonista da Confederação do Equador (1824), foram reivindicadas como heróis fundacionais (ALONSO, 2002, p. 243). Para Machado, tanto a Inconfidência quanto a Independência deveriam ser integradas na “batalha do futuro” nacional: “Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença... A justiça nacional, o povo de 7 de setembro, devia resgatar a memória de mártires e colocá-los no panteão dos heróis” (ASSIS apud RAMOS, 2023, p. 187).

A Geração de 1870 atribuiu o atraso do país não apenas ao seu descompasso na "corrida rumo à civilização" liderada pelos povos do Norte, mas também a heranças coloniais como o mestiçamento e a escravidão, sintomas de uma civilização considerada decadente (SCHNEIDER, 2019, p. 53). Nabuco (1883) em *O Abolicionismo*, denunciou precisamente o idealismo da nação inventada, vendo nele uma estratégia deliberada para apagar da história nacional a mácula da escravidão. E lançou um duro ataque contra o legado português: "a africanização do Brasil", derivada do sistema escravista (SCHWARCZ, 2008, p. 366, 381). Essa crítica alinhava-se à visão de intelectuais como Sílvio Romero, que afirmava que o povo brasileiro não pertencia "ao número das nações inventivas", mas sim ao povo lusitano, "organicamente incapaz de produzir por si", enquanto nações como Alemanha ou Inglaterra eram elevadas à categoria de "grandes nações criadoras" (SCHNEIDER, 2019, p. 53).

Se, no Brasil, a reescrita do passado operou como crítica à ordem imperial, na Colômbia cumpriu uma função distinta: a legitimação de um projeto político que buscava se ancorar na continuidade histórica. De fato, as repúblicas hispano-americanas, após a independência em relação à metrópole, procuravam definir seu horizonte em meio ao caos político, o que contrastava fortemente com a estabilidade apresentada pela sociedade imperial brasileira durante grande parte do século XIX. Na Colômbia, a transição do modelo liberal radical — voltado para o laicismo, o federalismo e a influência da Europa Central e dos Estados Unidos — para o modelo regenerador deu origem a uma historiografia que resgatou a herança cultural da Madre Pátria espanhola na América, ao mesmo tempo em que consolidou a Igreja como instituição fundacional da civilização católica (LOAIZA, 2017, p. 477).

O “hispanismo reacionário” proveniente da Espanha da Restauração serviu como farol intelectual para uma geração de pensadores desencantados tanto com o modelo civilizatório das potências protestantes do Norte quanto com os experimentos políticos radicais (COLOM, 2006, p. 51). Essa corrente promoveu uma interpretação da história nacional que privilegiava exclusivamente o legado espanhol, marginalizando sistematicamente as contribuições de outras etnias e culturas na formação da nacionalidade colombiana. Miguel Antonio Caro reconhecia precisamente que as civilizações não se improvisam e, por isso, “religião, língua, costumes e tradições” haviam “vindo de geração em geração e de mão em mão – precioso depósito e rico patrimônio de raças civilizadas – desde a época da conquista” (CARO, 1875, p. 102, tradução nossa).

Rafael Núñez sustentava que “a nação espanhola” havia legado sua “incomparável língua, sua fé religiosa – eminentemente civilizadora – e o imperecível exemplo de seu heroísmo” (NÚÑEZ, 1888 [1882], p. 81, tradução nossa). Carlos Holguín sintetizou essa devoção: “Crescemos amamentados pela Espanha, herdeiros de sua língua, fé e tradições” (CORRIENTES DE SIMPATÍA, 1884, p. 3, tradução nossa). Anos mais tarde, quando a Regeneración consolidava seu poder político na Colômbia, José María Samper, a partir da Academia Colombiana de la Lengua, enumerava os cinco traços fundamentais da nacionalidade: “língua, religião, tipo físico, senso moral e instituições sociais”. Segundo sua análise, esses elementos permaneciam “vivos, idênticos ou iguais, como herança da Espanha, em todas as nossas Repúblicas” (SAMPER, 1886, p. 639, tradução nossa).

Da mesma forma que a Geração de 1870 exaltou heróis e mártires, durante a Regeneración a “glorificação dos mortos” consolidou-se como um recurso fundamental para a simbolização de valores e tradições nacionais. Esse esforço simbólico teve também uma dimensão institucional concreta: foi durante a Regeneración que a Colômbia adotou seu nome atual, o hino nacional, o Banco Nacional e outras instituições que perduram até hoje, revelando como o projeto regenerador buscou fundir a construção do Estado com a forja de uma identidade nacional duradoura (SAFFORD; PALACIOS, 2012, p. 343). No final do século XIX, na Ibero-América, assistiu-se à mitificação de figuras patrióticas

paralelamente à adoção de símbolos, rituais cívicos, festividades e tradições comemorativas. Essas "histórias pátrias" funcionavam como narrativas com objetivos pedagógicos, cívicos e morais, voltadas para inculcar o respeito pelos símbolos nacionais e fomentar a emulação dos valores encarnados pelos próceres, constituindo assim uma mitologia patriótica funcional tanto para a construção estatal quanto para a formação da identidade nacional (TOVAR ZAMBRANO, 1997, p. 143).

A figura histórica de Simón Bolívar (1783-1830), após meio século de relativo esquecimento, foi recuperada pelos regeneradores como referente ideológico e espiritual do movimento, sendo inclusive proclamado como pai doutrinário da Constituição de 1886 (PALACIOS, 2002, p. 270). Sua imagem foi habilmente instrumentalizada como símbolo dual: encarnando simultaneamente os valores regeneradores (autoridade/ordem) e os pilares da identidade nacional (honra/patriotismo). Núñez, ao defender um governo forte e centralizado, apropriou-se explicitamente do pensamento autoritário bolivariano: "As instituições perfeitamente representativas não são adequadas ao nosso caráter, costumes e luzes atuais" (NÚÑEZ apud GÓMEZ, 2011, p. 149). Esta ressignificação incluía inclusive uma dimensão física: sua silhueta tornou-se arquétipo do patriota ideal – homem, católico e mestiço de traços hispânicos – reforçando assim os cânones étnico-culturais do projeto regenerador (RODRÍGUEZ, 2007).

Assim, um verdadeiro aparato cultural – biografias, monumentos, poemas, pinturas e concursos – foi mobilizado durante a Regeneración para consagrar, de forma mitificada, sua imagem (JIMÉNEZ, 2012, p. 128). Núñez resumiu essa apologia da seguinte maneira: "Bolívar foi, mais do que tudo, um herói, um herói sobre-humano, talvez o maior herói de que falem os séculos" (1936[1883], pp. 129, 133, tradução nossa). Essa sacralização alcançou inclusive dimensões religiosas, como mostra o testemunho de Samper (1879) sobre sua visita a Santa Marta, cidade onde Bolívar faleceu: "[...] que durante doze anos havia sido a Jerusalém da América republicana, depositária do santo sepulcro do Libertador" (pp. 41, 90, tradução nossa). Dessa forma, a sacralização de Bolívar operou simultaneamente em dois registros: como

símbolo unificador da nação e como justificação ideológica do centralismo e autoritarismo regenerador.

Além disso, a retórica regeneradora reinterpretou a Independência mais como uma continuidade do que como uma ruptura com a tradição hispânica. Ao conceituar o processo emancipador como uma "guerra civil" entre a "Madre Patria" e as "províncias de uma mesma nação" que reivindicavam "os direitos de filhas que chegavam à maioridade" (CARO, 1952[1881], p. 72, tradução nossa), essa narrativa despojou o conflito de seu caráter revolucionário e liberal, reescrevendo uma teleologia civilizatória de matriz espanhola. Como afirmava a retórica da época: "Entre Quesada e Bolívar não há, portanto, antagonismo, mas, ao contrário, solidariedade; do mesmo modo que a houve entre Gioja, inventor da bússola, e Colombo, descobridor das Índias Ocidentais" (NÚÑEZ, 1882, p. 259, tradução nossa). Sob essa lógica, os patriotas independentistas não perderam sua condição de "filhos da Espanha", pois a Independência teria interrompido – mas não cancelado – o projeto civilizatório espanhol.

Após décadas de suposto abandono, a *Regeneración* se apresentava como a força destinada a retomar aquela obra interrompida pelos homens de 1810. Sua missão era, precisamente, restaurar e dar continuidade ao que esses haviam destruído. Nas palavras de Caro: "[...] Nossa Independência vem de 1810, mas nossa pátria vem de séculos atrás. Nossa história desde a conquista até os nossos dias é a história de um mesmo povo e de uma mesma civilização" (CARO, 1875, p. 103, tradução nossa). Com a Independência, o projeto civilizatório espanhol teria sido interrompido, sendo então retomado pela *Regeneración* após décadas de esquecimento. A tarefa consistia exatamente em dar continuidade ao que os homens da Independência haviam interrompido, sendo os regeneradores os legítimos herdeiros culturais (sangue, raça, religião) e políticos desse passado projetado no presente.

O historiador Javier Fernández-Sebastián (2021) propôs o conceito de "tradições eletivas" para descrever como os atores políticos do século XIX não se limitaram a herdar o passado, mas o reinventaram ativamente. Selecionavam, do "depósito da história", elementos específicos que legitimassem suas visões de futuro. Esse mecanismo pode ser observado com clareza na maneira como, de um lado, a *Regeneración* resgatava a hispanidade como tradição eletiva –

apresentando a Independência como um mero parêntese –, enquanto, de outro, a Geração de 1870 construía mitologias pátrias que transformavam os próceres em fundadores de uma nova ordem republicana. Em consequência, fosse a Independência ou a República, Bolívar ou Tiradentes, a civilização hispânica ou lusitana, o debate entre continuidade e rupturas históricas marcou a operação discursiva entre os intelectuais de ambos os países.

Ambos os casos revelam uma mesma operação ideológica: transformar a história em fonte de legitimidade, fosse para restaurar uma civilização interrompida ou para consagrar uma ruptura fundacional. Assim, os relatos e as representações de continuidade ou ruptura cumpriam a função de abrir "um teatro" de legitimidade para as ações efetivas: "À semelhança dos feiciais romanos" – observa sugestivamente Michel de Certeau – "os relatos marcham à frente das práticas para lhes abrir um território" (ROSANVALLON, 2003, p. 47, tradução nossa).

3. A QUESTÃO RACIAL EM DEBATE E A IDENTIDADE NACIONAL

No final do século XIX, a raça emergiu como eixo central do debate intelectual na Ibero-América, refletindo tensões regionais compartilhadas, como a mestiçagem mexicana ou o indigenismo andino. Disciplinas emergentes como a sociologia, o evolucionismo, o positivismo e a eugenia forneceram marcos teóricos que circularam amplamente em publicações, na imprensa e em espaços associativos – tertúlias, academias –, configurando um campo de discussão sobre o lugar da questão racial na historicidade nacional. Para Wade, a numerosa presença de grupos racializados – considerados inferiores segundo os parâmetros do racismo científico – foi interpretada pelas elites como um obstáculo ao projeto civilizatório, alimentando narrativas nacionais marcadas por um tom negativo e pessimista frente ao ideal de modernidade branca encarnado pelas nações do Norte (WADE, 2000, p. 42).

No Brasil e na Colômbia, apesar de suas particularidades – monarquia/abolicionismo por um lado, hispanismo/catolicismo por outro –, os intelectuais abordaram a "questão racial" sob a influência do racismo científico europeu. Embora a heterogeneidade étnica fosse prevalente em ambos os

países, o diferencial da presença de uma instituição como a escravidão ainda vigente no Brasil nas últimas décadas do século XIX foi um elemento especialmente distintivo no debate racial em relação aos seus pares colombianos. Na Colômbia, decretou-se o fim da escravidão em maio de 1851, quase quatro décadas antes do país vizinho monárquico, e sua população negra era proporcionalmente mais reduzida do que no Brasil, onde os escravizados e seus descendentes constituíam o grupo populacional majoritário. Além disso, o intenso fluxo migratório europeu no Brasil – especialmente em sua região sul – contrastando com a escassa imigração europeia na Colômbia (MARTÍNEZ, 2001, p. 395), condicionou fortemente os debates intelectuais sobre mestiçagem, eugenia e as políticas de “branqueamento” racial como projeto nacional (SCHNEIDER, 2019, p. 82).

Precisamente, para a geração intelectual de 1870, a raça foi um elemento central no diagnóstico do atraso do Brasil e na formulação de seu projeto de civilização. Influenciados por teorias raciais e deterministas europeias, consideravam que a diversidade racial e a miscigenação eram fatores que condicionavam o progresso do país. Embora vissem no mestiço uma possível base para a identidade nacional, predominava uma perspectiva pessimista sobre a miscigenação, associando-a à degeneração e a limitações para alcançar um nível civilizatório superior (COUTO, 2016, p. 116).

Notavelmente, a década de 1880 assistiu ao surgimento de um questionamento sistemático à presença da escravidão, instituição que até então parecia completamente naturalizada na sociedade brasileira. Como destacou Joaquim Nabuco no *Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, a escravidão havia sido no Brasil "uma árvore cujas raízes esterilizam sempre o solo físico e moral onde se estendem" (NABUCO et al., 1880, p. 8). O atraso abolicionista brasileiro em relação a outras nações de tradição cristã e ocidental refletia o profundo grau de penetração e aceitação que esta instituição possuía no ethos cultural do país. Conforme análise de Carvalho (2002), "tudo indica que os valores da liberdade individual, base dos direitos civis, tão caros à modernidade europeia e aos fundadores da América do Norte, não tinham grande peso no Brasil" (p. 49).

Esta geração construiu um discurso intelectual contestatório que problematizou o papel histórico da população negra – tanto livre quanto escravizada – na definição da nacionalidade brasileira. Sílvio Romero, uma das vozes mais emblemáticas desse movimento, afirmava: "a pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo [...] É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história" (ROMERO, 1882 apud SCHNEIDER, 2019, p. 58). O corpus de obras produzidas por esses intelectuais – desde as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) de Machado de Assis até *O Abolicionismo* (1883) de Nabuco, considerado o "livro-programa" que orientou o movimento em todo o país (ALONSO, 2002, p. 191), passando pelos escritos de Castro Alves e André Rebouças –, reposicionou radicalmente o debate racial, destacando o lugar central do mestiço e do negro na formação da identidade nacional brasileira. Esses intelectuais direcionaram suas críticas especialmente contra um dos pilares do Império: o sistema escravista, que André Rebouças – abolicionista negro e figura fundamental do movimento – denunciou com veemência: "Quanto à escravidão! – afirmava – essa nos serve de obstáculo em tudo e por tudo. Na vida íntima, na vida pública, na vida internacional, sempre a escravidão como um anátema fatal!" (REBOUÇAS, 1883, p. 290).

Nabuco (1883), talvez o mais destacado intelectual abolicionista, descreveu a escravidão como uma instituição que corrompia o organismo moral e social do Brasil, revelando as estruturas arraigadas de uma sociedade pré-moderna. Para ele, tratava-se de "uma luta pela civilização", ou seja, de integrar o país aos valores fundamentais do Ocidente e de confrontar um nacionalismo estreito que se consolidava às custas de princípios universais. Reforçava-se a ideia de que o Brasil "era um enclave monstruoso na América, ao mesmo tempo português, monárquico e escravista" (MALERBA, 1999). Ou, dito nos termos de Nabuco: "[O Brasil era] o leproso lançado fora do acampamento do Mundo" (1880, p. 10).

Apesar de sua crítica frontal à escravidão, Nabuco (1883) defendia uma imigração europeia que trouxesse "uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa", ao mesmo tempo em que aceitava os "vícios do sangue africano [que]

acabavam por entrar na circulação do país". Essa contradição – rejeitar a escravidão enquanto perpetuava hierarquias raciais – não era exclusiva de Nabuco. Silvio Romero e Machado de Assis, como figuras intelectuais centrais do período, participaram ativamente dos debates racialistas sobre a presença negra e escrava no Brasil, a herança colonial portuguesa e as políticas de mestiçagem orientadas ao branqueamento mediante a imigração europeia. Embora tenham adotado posturas divergentes em relação às noções de progresso nacional e aos discursos científico-racialistas que permeavam o debate intelectual, ambos concordaram em situar a questão racial como eixo prioritário frente a outras dimensões identitárias. Esse enfoque refletia as tensões de uma geração que articulou seu pensamento em meio a profundas convulsões sociais (SCHNEIDER, 2019).

O interesse pela questão racial no discurso intelectual da Geração de 1870 contrasta marcadamente com a abordagem desenvolvida posteriormente pelos intelectuais regeneradores. Durante o último quarto do século XIX, o debate racial colombiano passou por uma transformação significativa que o afastou dos paradigmas racialistas liberais característicos da metade do século (UREÑA, 1994). A emergente corrente hispanista, tradicionalista e católica – que dominou o panorama intelectual colombiano no final do século – exerceu uma influência determinante na reformulação do imaginário racial promovido pelo movimento regenerador. Essa virada conceitual reorientou o debate em dois eixos fundamentais: a revalorização do mestiçamento cultural com a Espanha como base identitária e a concepção de uma missão civilizadora – e essencialmente evangelizadora – dirigida às populações indígenas, percebidas como imersas em um estado de selvageria e práticas idólatras (ROJAS, 2023, p. 45, tradução nossa).

A presença negra foi sistematicamente obliterada do imaginário histórico e político construído pelo projeto regenerador. Como adverte Georges Duby, as ausências não são meros vazios, mas elementos constitutivos do discurso histórico. As poucas referências a essa população aparecem nas “geografias pátrias” de intelectuais como Martínez Silva e Sergio Arboleda, que circunscreveram o sujeito negro ao espaço geográfico extra-andino, limitando sua presença física a zonas consideradas agrestes ou incivilizadas, em

consonância com o determinismo geográfico da época. Um exemplo paradigmático é a descrição de Martínez Silva (1887): “A raça negra originária da África abunda no vale do Cauca, em Antioquia, no Estado de Bolívar e no Panamá, onde também há muitos mulatos e mestiços. Nos departamentos do interior, os negros são muito raros” (p. 108, tradução nossa). Essa representação operava por meio de três mecanismos: a localização periférica, a estrangeirização (ao enfatizar a origem africana) e a invisibilização nos centros de poder político e econômico do país.

A segregação espacial da população negra em relação aos centros nevrálgicos do país correspondeu a uma construção deliberada. Na retórica intelectual da época, a região andina – com sua população predominantemente mestiça – foi erigida como eixo civilizatório da nação, enquanto os espaços periféricos (zonas selvagens, desérticas e insalubres) foram conceituados como o “avesso” do projeto nacional: territórios associados ao atraso e desprovidos de contribuição para o progresso. Essa oposição entre a “civilização andina” e a zona tórrida, as selvas ou as terras baixas como espaços de selvageria e degeneração reproduzia a dicotomia oitocentista de Sarmiento entre civilização e barbárie (SERGE, 2005). Como demonstra a análise, a população negra não apenas foi excluída da Colômbia “civilizada”, mas teve sua identidade simbolicamente ancorada ao continente africano. Essa visão ficou sintetizada nas palavras de Sergio Arboleda (1872): “No centro do Estado, onde é maior o número de habitantes, e há mais movimento intelectual, industrial e mercantil, nem a raça africana nem a indígena são elementos apreciáveis” (p. 135, tradução nossa).

Durante o surgimento do movimento regenerador, a representação do indígena como “elemento selvagem” ou “bárbaro” – termos recorrentes no período – sofreu uma notável desvalorização em comparação com as construções discursivas sobre a população negra. Essa hierarquização fica evidente nas observações de Arboleda (1872), que afirmava: “Tem-se observado que nos climas ardentes da América, a raça negra melhora física e intelectualmente, e em [o Estado de] Bolívar vê-se a prova disso; pois os netos de africanos estão quase no mesmo nível da descendência goda [mestiça], com a qual vão se confundindo” (p. 110, tradução nossa). O mesmo autor contrastava

essa visão relativamente positiva com sua descrição dos habitantes originários: "[...] a vasta e fértil Guajira permanece até hoje habitada pelos [indígenas] selvagens, que fazem frequentes invasões na província de Riohacha" (p. 115, tradução nossa).

Os indígenas foram representados a partir de um paradigma evolucionista, situando-os no estágio mais primitivo do desenvolvimento humano e negando-lhes o caráter de contemporaneidade (RUFER, 2010, p. 22). Era lógico que, para os intelectuais da Regeneración – movimento alicerçado nos princípios de ordem, autoridade, hispanismo e catolicismo – os afrodescendentes, já evangelizados e castelhanizados, embora considerados um elemento exógeno ao corpo nacional, não representassem o mesmo desafio que apresentavam os indígenas catalogados como "bárbaros" ou "selvagens". Essa hierarquização étnica fica ilustrada na retórica evolucionista de Núñez (1884): "As tribos bárbaras atuais ainda indicam qual foi o ponto de partida das cultas e complexas sociedades do presente século. Essas tribos são uma aglomeração monótona de faculdades e funções idênticas" (p. 90, tradução nossa).

A evangelização das dezenas de milhares de "almas livres" dispersas pelo território nacional constituiu-se em peça central do projeto civilizador da Regeneración. Subjacente a essa política havia uma determinada concepção do "índio" no tempo histórico. Como propõe Hartog (2015), os modernos conceberam o "índio" em termos aristotélicos, reconhecendo neles inferioridade (ato), mas uma suscetibilidade à racionalização/civilização (potência). A passagem para civilizá-los era "questão de educação e, portanto, de tempo". Embora houvesse uma distância temporal entre uns e outros, ambos pertenciam a um mesmo horizonte temporal, "aberto para um futuro onde têm um lugar" (p. 40, tradução nossa).

Nesse processo, os governos regeneradores reativaram as missões católicas nas periferias andinas, conferindo à Igreja — braço espiritual e civilizador do Estado colombiano – o papel de incorporar os indígenas à "raça latina" e de torná-los "católicos virtuosos", ao tempo em que seus territórios eram concebidos como fontes de recursos para o desenvolvimento nacional (PÉREZ, 2025, p. 279). O missionário passou a ser um agente duplo: ganhando almas

para o mundo católico e cidadãos para a República. Como assinalou Caro (1887), "o missionário é a personificação da fraqueza física armada de força sobrenatural; nele se realiza a invenção mitológica das armas encantadas" (p. 1100, tradução nossa). Essa metáfora revela a concepção messiânica que acompanhou a empresa evangelizadora, apresentada como uma cruzada espiritual contra a barbárie. "Porque o estado selvagem é a morte dos povos, e a irreligião os mata, a fé os ressuscita" (ARBOLEDA, 1936[1880], p. 42, tradução nossa).

O debate racial no Brasil e na Colômbia no final do século XIX revelou como ambos os movimentos articularam discursos raciais complementares, porém diferenciados: enquanto o abolicionismo brasileiro criticou radicalmente a escravidão (embora mantendo hierarquias raciais eurocêtricas), a Regeneración construiu um imaginário nacional que marginalizou indígenas e afrodescendentes, ainda que abrindo espaços limitados para sua incorporação mediante a evangelização. Ambos os movimentos compartilharam um ideal de progresso eurocêntrico e demonstraram como "o tradicional e o moderno coexistiam de maneira patológica" (RUFER, 2010, *tradução nossa*), com impactos institucionais concretos: a abolição no Brasil (1888) e as missões civilizadoras na Colômbia (1887). Nesse sentido, essas elites atuaram como agentes de uma "nação homogênea", sendo particularmente radical o caso colombiano, no qual se marginalizou simultaneamente indígenas ("selvagens irreduzíveis") e afrodescendentes ("periferias simbólicas"), subsumindo ambas as exclusões na mestiçagem crioulo-andina como "ferramenta hegemônica".

4. DUAS CONSTITUIÇÕES PARA REFUNDAR A NAÇÃO: AS CARTAS DE 1886 E 1891

Claudia Wasserman (2015, p. 72) ressalta que as conjunturas de crise – guerras, revoluções ou colapsos econômicos – aceleram o tempo histórico, gerando transformações sociais e intensificando os debates intelectuais sobre os temas cruciais da época. Dentre esses debates, destacou-se a definição de cartas políticas, nas quais o campo intelectual desempenhou um papel central. As constituições converteram-se em ferramentas para legitimar projetos políticos

e materializar as expectativas da nação ideal. Inspiradas no legado do Iluminismo, que compreendia cada componente do universo como um sistema regido por leis, as constituições políticas encarnavam uma aspiração de equilíbrio e uma conexão orgânica entre o macrocosmo e o microcosmo (LOAIZA, 2017, p. 9).

Com um lustro de distância, as Constituições finisseculares refletiram o anseio modernizador e progressista da época. Na Colômbia, a Constituição de 1886 refundou a República sob uma ordem autoritária presidencialista, centralista e guiada pelos princípios morais do catolicismo, que retomou as rédeas do ensino público e da evangelização da população "selvagem" (PALACIOS, 2002). O país abandonou o pretensioso nome de Estados Unidos da Colômbia e passou a denominar-se República da Colômbia; os Estados foram convertidos em departamentos, restabeleceu-se a pena de morte e buscou-se uma modernidade alternativa vinculada ao modelo civilizatório do hispanismo. O modelo regenerador incorporou elementos do ordenamento constitucional espanhol de 1876, que definiu as bases da Restauración espanhola e seu conservadorismo liberal (MARTÍNEZ, 2001, p. 457).

A Constituição de 1891 adotou instituições tipicamente liberais, sob marcada influência do constitucionalismo norte-americano. O país assumiu como forma de Estado a federação; como forma de governo, a república; e, como sistema de governo, o presidencialismo. As ideias republicanas manifestaram-se na separação entre Igreja e Estado, bem como no não reconhecimento de 'privilégios de nascimento', 'foros de nobreza', 'ordens honoríficas', 'títulos nobiliários e de conselho'. Superava-se assim o princípio presente na Constituição do Império, segundo o qual o catolicismo era a religião oficial, tolerando-se as demais unicamente em seu culto doméstico ou particular, sem forma alguma exterior ao templo (LYNCH; NETO, 2012, p. 112-114).

Comparativamente, pode-se afirmar que as duas constituições sintetizaram propostas de construção nacional que pareciam estar em sentidos opostos, mas que responderam a necessidades latentes de mudança social no Brasil e na Colômbia. Além disso, em certa medida, os textos fizeram parte dos horizontes de expectativa da geração de homens que atuaram intelectual e politicamente desde a década de 1870, embora não estivessem isentos de

polêmicas e frustrações. Na Colômbia, a Carta adquiriu conotações de resgate da nacionalidade em perigo após quase duas décadas de "anarquia", federalismo enfraquecedor da soberania nacional e liberdades individuais "absolutas" e "perseguição contra a Igreja Católica". Essas acusações partiam de Miguel Antonio Caro (1898), católico fervoroso, principal ideólogo e redator do projeto constitucional regenerador, para quem a Constituição de 1886 era: "obra, não de uma revolução embrionária, nem de uma revolução triunfante, nem de um só partido político: obra elaborada na consciência nacional" (p. 22, tradução nossa).

Para Rafael Núñez, líder do movimento e recrutador de Caro devido à sua afinidade ideológica, era preciso colocar a "nova estrutura", surgida "das entranhas da nação", sob "o amparo da fé religiosa", como fizera o poderoso Imperador da Alemanha protestante com sua Reforma social sob a égide da Santa Sé (NÚÑEZ, 1952[1890], p. 64, tradução nossa). A isso somou-se a busca do fortalecimento do centralismo direcionado a Bogotá, com o qual se pretendeu resgatar a soberania nacional e enfraquecer as forças regionais, vistas como risco para a integridade territorial da República. Especialmente após as traumáticas guerras civis de 1876-77 e 1885, quando diferentes Estados-membros se levantaram em armas contra o governo nacional. Desse modo, desmontava-se a estrutura normativa radical, influenciada pelo liberalismo francês, para retornar às raízes históricas da nacionalidade, baseadas na autoridade, no centralismo, no catolicismo e no hispanismo. "Era indispensável variar por completo o molde, fazendo em pedaços o antigo, como quando a figura de bronze de uma primeira fusão resulta incorreta" (NÚÑEZ, 1952[1890], p. 64, tradução nossa).

Com a abolição da escravidão em 1888, a proclamação da República um ano depois e a morte do velho imperador em 1891, o Brasil parecia deixar para trás seu manto de país antiquado e encaminhar-se pela via da modernidade. Rui Barbosa, uma das principais fontes da teoria jurídica liberal moderna brasileira e principal redator do projeto adotado como Constituição de 1891, afirmava que uma constituição era "a miniatura política de uma nacionalidade" e "consequência da irreversível evolução econômica do mundo" (BARBOSA apud ROCHA, 2000, p. 252). Para este liberal radical, defensor da modernização

política como imperativo civilizador, para quem "a lei é, pois, a divisória entre a moral pública e a barbárie" (BARBOSA, 1946[1897], p. 91), a reforma constitucional representava "a preparação de uma reforma superior; todo progresso, a determinante de um progresso futuro" (LYNCH, 2008).

A geração brasileira encontrou na constituição republicana uma oportunidade para reconfigurar as bases do modelo imperial: a centralização política, o padroado e a ordem escravocrata. Joaquim Nabuco, reconhecido anglófilo e defensor do modelo monárquico federativo à semelhança do britânico, acompanhou de perto os primeiros debates sobre a reformulação constitucional republicana no Brasil. Nesse contexto, protagonizou discussões relevantes acerca da separação entre Estado e Igreja Católica e da implantação do federalismo como eixo modernizador da política brasileira. Nabuco, embora tenha promovido sem êxito seu projeto de monarquia federativa, considerava que o federalismo permitiria o crescimento legítimo e natural de todas as regiões do Brasil – recurso extremo de salvação para o Norte e medida de justiça e equidade para o Sul –, "em vez de ficarem atrofiadas pela hipertrofia do centro" (NABUCO, 1888, p. 418). De fato, como afirma Lynch (2008, p. 118), a federação era uma demanda histórica e um imperativo geográfico dos interesses provinciais contra a absorção pela burocracia central.

Este aspecto constituiu um elemento diferenciador entre os dois modelos políticos do Brasil e da Colômbia. Nas mentes por trás do código de 1886, o federalismo – longe de representar esse modelo político modernizador adotado no Brasil – foi concebido como um sistema político anacrônico frente às necessidades integradoras de seu tempo. A segunda metade do século XIX era vista como a era da nação, marcada por ideais de ordem, unidade e integração, em que as "grandes nações" avançavam rumo à centralização estatal, como evidenciaram a proclamação da República na França (1870), a Restauração borbônica na Espanha (1874), as unificações da Alemanha e Itália, e a reunificação estadunidense após a guerra civil.

Em contraste com o gigante vizinho, Núñez, Caro, Arboleda e Samper concordavam em afirmar que na Colômbia o modelo federalista ("anarquia organizada") levaria o país à fragmentação de sua soberania, ao enfraquecimento do Estado central e a um estado de guerra permanente.

Precisamente, Samper expressava sua crítica ao federalismo: "E, coisa estranha! O movimento do presente século, todo de unificação e condensação de forças, não nos serviu de exemplo, senão para deslocar nossa unidade, dividir o que estava unido e caminhar para a desagregação" (SAMPER, 1951[1886], p. 369, tradução nossa).

A Constituição de 1891 excluía indigentes, mendigos e analfabetos, porque o Brasil precisava deixar de ser uma democracia selvagem para se tornar uma "democracia racional" (RUI BARBOSA apud LYNCH, 2008). Sílvio Romero (1893) denunciou o caráter presidencialista com tendência ditatorial do "texto federal", que segundo ele, parecia "ter tomado por alvo fazer nascer esses conflitos, desenvolvê-los, envenená-los; multiplicar-lhes os ensejos e prolongar-lhes com prazer a duração" (pp. 19-23). Nabuco, por sua vez, em seu espírito reformista, acabou denunciando o caráter aristocrático e pouco democrático do código de 1891: "Não alargar o voto, não reformar a Constituição no sentido liberal, mas no sentido reacionário, tirando dos seus alicerces a primeira pedra das nossas liberdades. E para quê? Para constituir-se uma aristocracia!" (NABUCO apud LYNCH, 2008).

Na Colômbia, a liberdade de imprensa, o voto universal e a liberdade de cultos passaram a ser fortemente negados ou, na melhor das hipóteses, rigidamente regulados pela república regenerada. A ordem e a autoridade – como bases do pensamento conservador e tradicionalista – impuseram-se sobre o ideário ilustrado da liberdade coletiva. "As repúblicas devem ser autoritárias, sob pena de incorrer em permanente desordem e aniquilar-se em vez de progredir", afirmava Núñez (1885, tradução nossa). Miguel Antonio Caro, por sua vez, defendia que "a Constituição [1886] estabelece em geral e muito amplamente a liberdade política, toda a liberdade que um Estado pode conceder sem cair no delírio do 'liberalismo', restringindo-a em determinados casos por justíssimos motivos" (CARO, 1888, p. 23, tradução nossa).

Ambos os projetos políticos, influenciados pelo positivismo, plasmaram seu ideário nos lemas nacionais: a Colômbia adotou "Ordem e Liberdade", refletindo a visão de Caro sobre "liberdade na unidade, progresso na ordem" (CARO apud ZULETA, 1966, p. 549), enquanto o Brasil instaurou "Ordem e Progresso", lema positivista que vinculava o progresso à modernização científica

(FREYRE, 2013). As constituições refletiram o ideário democrático limitado da época, funcionando como dispositivos civilizatórios que naturalizavam a exclusão por meio de uma “cidadania imaginária” (LORENTE, 2022). Sem abordar diretamente a marginalização de negros, indígenas e mestiços, instauraram marcos normativos excludentes sob os eufemismos de “democracia racial” no Brasil e “unidade católica” na Colômbia. Esse modelo de progresso – branco/mestiço, urbano e eurocêntrico – marginalizou as maiorias rurais e racializadas, consolidando regimes oligárquicos: a chamada República Velha no Brasil (1889–1930), com seu “liberalismo excludente” (VARES, 2011), e a Hegemonia Conservadora na Colômbia (1886–1930), articulada em torno de um “capitalismo católico” (HERNÁNDEZ, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais da Geração de 1870 no Brasil, assim como os da Regeneración na Colômbia, mostraram-se altamente receptivos e reflexivos diante das convulsões políticas, sociais e econômicas – nacionais e transnacionais – que marcaram as últimas décadas do século XIX. Esse foi um presente carregado de incertezas, de pessimismo, mas também de possibilidades. Sua atuação, que articulava diferentes campos do saber – da historiografia ao direito, do cientificismo racial à engenharia institucional –, demonstra como as esferas do saber e do poder se entrelaçaram na construção dos Estados-nação.

A comparação entre os casos revela padrões significativos: os intelectuais compreenderam seu tempo histórico não como uma simples transição, mas como um momento decisivo – no qual eles próprios se constituíam como agentes ativos –, quando se tornava possível e necessário intervir para moldar o destino nacional. Tanto os reformadores brasileiros quanto os reacionários colombianos mobilizaram correntes transnacionais (positivismo, evolucionismo, liberalismo doutrinário, hispanismo, antiliberalismo) para responder a desafios locais, articulando redes conceituais complexas que ultrapassavam os limites da esfera letrada.

A partir desse espaço de experiência geracional, a historiografia transformou-se em ferramenta estratégica e intencional para tais fins: no Brasil,

foi mobilizada para deslegitimar a ordem imperial e fomentar a modernização; na Colômbia, para restaurar um passado hispânico e católico percebido como alicerce da ordem e da identidade nacional. Além disso, as constituições políticas cristalizaram um horizonte de expectativas voltado à refundação da ordem nacional e à inserção no concerto civilizatório sob o império das leis. Essa capacidade de transitar entre a reflexão teórico-histórica e a práxis político-institucional convida a repensar a figura do intelectual oitocentista não como mero produtor de ideias, mas como agente total que atuava nas múltiplas frentes onde se disputava o sentido da nação. Compreender essa multifuncionalidade, para além de um juízo sobre seus acertos ou limitações, abre novas perspectivas para reinterpretar os processos de construção estatal e nacional na Ibero-América.

Esta abordagem comparativa não apenas ilumina o aparente distanciamento histórico entre Brasil e Colômbia, como também oferece chaves para compreender como, na Ibero-América, os projetos nacionais emergiram de intrincadas negociações e interações entre conhecimento e poder, entre tradição e modernidade, entre o local e o global. Ademais, convida a complexificar as noções de "progresso" e "modernização", e a reconhecer que, na intersecção entre história, política e saber, os intelectuais foram peças-chave na configuração – e não apenas na interpretação – da ordem moderna ibero-americana.

Ao desvendar essas operações intelectuais multidimensionais, conquista-se não apenas uma visão mais matizada do complexo século XIX, mas também ferramentas críticas para questionar as narrativas hegemônicas que ainda estruturam nossa compreensão do nacional e do regional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Arribistas y decadentes: el debate político-intelectual brasileño en la primera década republicana. **Prismas - Revista de Historia Intelectual**, v. 13, n. 2, 2009, p. 157-172.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, pp. 9-27.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Um passado republicano para chamar de seu: a reescrita da história nacional pela geração 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo (1870-1880). **História Unisinos**, v. 24, n. 1, 2020, p. 54-66. DOI: <https://doi.org/10.4013/hist.2020.241.06>.

ARBOLEDA, Sergio. **Rudimentos de geografía, cronología e historia**. Bogotá: Imprenta de El Tradicionista, 1872.

ARBOLEDA, Sergio. **Las letras, las ciencias y las artes en Colombia**. Bogotá: Editorial Minerva, 1936 [1880].

ASSIS, Machado de. A nova geração. **Revista Brasileira**, v. II, dez. 1879. In: *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. 188 p.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa. O Partido Republicano Conservador: discursos parlamentares**. T. 1. Vol. 24. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BARROS, José D'Assunção. Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, v. 21, n. 40, 2013, p. 277-310. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.42174>.

CARO, Miguel Antonio. Editorial. **El Tradicionista**, Bogotá, 14 nov. 1875, ano I, trim. 1º, n. 2, p. 12.

CARO, Miguel Antonio. **Libertad de imprenta**. **La Nación**, Bogotá, 1888. Republicado em: *Artículos publicados en La Nación en 1888*. Bogotá: Imprenta de La Nación, 1890.

CARO, Miguel Antonio. Fundación de Bogotá. In: **Ideário Hispânico**. Ed. Carlos Valderrama. Bogotá: Caro y Cuervo, 1990 [1875].

CARO, Miguel Antonio. La Conquista. In: **Ideário hispánico**. Ed. Antonio Curcio Altamar. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1952 [1881].

CARO, Miguel Antonio. El darwinismo y las misiones. **El Repertorio Colombiano**, Bogotá, v. XII, n. 6, set. 1886-fev. 1887, p. 464-491.

CARO, Miguel Antonio. Mensaje presidencial al Congreso, 1898. In: **Obras selectas**. Ed. Carlos Valderrama. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1993. p. 260-272.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACÓN, Nelson. La evolución y el darwinismo en Colombia: configuraciones locales e ideas globales. In: GÓMEZ, Laura Buenaventura et al. (orgs.). **Colombia conectada: El "Tibet de Sudamérica" en perspectiva global, siglos XIX y XX**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2023. p. 71-108.

COLOM, Francisco. El hispanismo reaccionario: catolicismo y nacionalismo en la tradición antiliberal española. In: COLOM, Francisco; RIVERO, Ángel (orgs.). **El altar y el trono: ensayos sobre el catolicismo político iberoamericano**. Barcelona: Anthropos, 2006. p. 43-82.

Corrientes de simpatía. **La Época**, Madrid, 25 ago. 1884, n. 11, p. 1-4. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/results?id=164fc668-32ea-48e1-8afb-5fa41396d36d>. Acesso em: 28 maio de 2025.

COUTO, Bruno Gontyjo do. O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil. **Em Tese**, v. 13, n. 1, 2016, p. 94-114. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2016v13n1p94>.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 8. ed. São Paulo: Global, 2013.

GÓMEZ MULLER, Alfredo. Imaginarios de la "raza" y la "nación" en Rafael Núñez: La Regeneración revisitada. In: MÚNERA, Leopoldo; CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin (orgs.). **Pluriverso y hegemonía en la construcción del Estado-nación en Colombia**. Bogotá: La Carreta Editores, 2011. p. 125-154.

HARTOG, François. **De los antiguos a los modernos, de los modernos a los salvajes: para una historia intelectual de Europa**. México: Universidad Iberoamericana, 2015.

HARTOG, François. **Cronos: cómo Occidente ha pensado el tiempo, desde el primer cristianismo hasta hoy**. Madrid: Siglo XXI, 2022.

HERNÁNDEZ QUIÑONEZ, Óscar Daniel. **"La prodigiosa máquina que aún no aciertan a comprender". Técnica, industria temprana y experiencia del tiempo**. Colombia 1880-1904. Bogotá, Universidad del Rosario, 2023.

JARAMILLO MUTIS, Diego. **Entre radicales y regeneradores: Colombia en la segunda mitad del siglo XIX**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2020.

JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Wilson Ferney. El Papel Periódico Ilustrado y la configuración del proyecto de la Regeneración (1881-1888). **Historia Crítica**, n. 47, 2012, p. 115-138.

JIMÉNEZ ÁNGEL, Andrés. **Ciencia, lengua y cultura nacional: La transferencia de la ciencia del lenguaje en Colombia, 1867-1911**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2018. Digitalia, <https://www.digitaliapublishing.com/a/60663>

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1979.

LOAIZA CANO, Gilberto. Las escrituras del orden (Tentativa de interpretación del siglo XIX en Colombia). **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, vol. 19, núm. 38, 2017, pp.467-494.

LORENTE SARIÑENA, Marta. Constituciones, derechos y gobierno en América Latina (1808-2018). **Almacén de Derecho**, 2018. Disponível em: <https://almacenederecho.org/constituciones-derechos-y-gobierno-en-america-latina-1808-2018> Acesso em: (29 maio 2025)

LYNCH, Christian. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, 2008, p. 113-125.

LYNCH, Christian; NETO, Cláudio Pereira de Souza. O constitucionalismo da inefetividade: a Constituição de 1891 no cativeiro do estado de sítio. **Revista Quaestio Iuris**, v. 5, n. 1, 2012, p. 85-136.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 62, 1993, p. 193-242.

MARTÍNEZ, Frederick. **El nacionalismo cosmopolita: la referencia europea en la construcción nacional en Colombia, 1845-1900**. Lima: Banco de la República-Instituto Francés de Estudios Andinos, 2001.

MARTÍNEZ SILVA, Carlos. **Compendio de geografía para uso en colegio y escuelas**. Bogotá: Imprenta de Echeverría Hermanos, 1887.

MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Madrid: Katz Editores, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Sociedade Brasileira Contra a Escravidão**. SC: 1880.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca., 1883.

NABUCO, Joaquim. **Um projeto de federação**. Sessão de 8 ago. 1888.

NICOLAZZI, Fernando. Disoriented Time and Social Knowledge: The Historical Essay in Brazil, c. 1870–1940. **The American Sociologist**, v. 51, p. 279-290, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12108-020-09457-x>

NÚÑEZ, Rafael. 20 de julio. In: **La Reforma política en Colombia**. Bogotá: La Luz, 1888 [1882]. p. 358.

NÚÑEZ, Rafael. **Exposición sobre reforma constitucional al Consejo Nacional de Delegatarios**. Bogotá: Imprenta de la Luz, 11 nov. 1885.

NÚÑEZ, Rafael. **Los mejores artículos periodísticos**. 3. ed. Bogotá: Minerva, 1936 [1883].

NÚÑEZ, Rafael. *La Luz*. Bogotá, 21 de julio. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1882]. p. 83.

NÚÑEZ, Rafael. El Porvenir, Cartagena, domingo 1 de junio de 1890. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1890].

NÚÑEZ, Rafael. El Porvenir. Cartagena, 3 de febrero. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1884].

PALACIOS, Marco. La Regeneración ante el espejo liberal y su importancia en el siglo XX. In: **Miguel Antonio Caro y la cultura de su época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 261-278.

PÉREZ, Santiago. El internacionalismo ultramundano de Miguel Antonio Caro contra el liberalismo y el nacionalismo: Gabriel García Moreno en El Tradicionista (1871-1876). In: AYUSO, Miguel; MEJÍA SALAZAR, Álvaro (orgs.). **Gabriel García Moreno: el estadista y el hombre**. Vol. 2. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2023. p. 567-590.

PÉREZ BENAVIDES, Amada Carolina. Ciudadanía, civilización y pueblos indígenas: imaginarios hegemónicos y prácticas disidentes en el proceso de construcción nacional. Colombia, 1850-1920, en GARRIDO, Margarita et al. **Historias de lo político en Colombia. Volumen 2: De república a nación, 1853-1903**. Primera edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Centro Editorial Facultad de Ciencias Humanas: Universidad del Rosario: Editorial Universidad del Rosario, 2025, pp. 273-298.

RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiênciã da história: melancolia, raça e assombramento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos - propaganda abolicionista e democrática (setembro de 1874 a setembro de 1883)**. Rio de Janeiro: A.J. Lamoureux e Company, 1883.

ROCHA, Hildon. **Utopias e realidades da república**. São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José María. La Regeneración sin la Revolución: Caro contra Bolívar. **Revista Hispánica Moderna**, v. 60, n. 1, 2007, p. 79-108.

ROJAS, Cristina. **Civilización y violencia: la búsqueda de la identidad en el siglo XIX en Colombia**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2023.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902-1903. 5 v.

ROMERO, Sílvio. **Parlamentarismo e presidencialismo na República brasileira (cartas ao conselheiro Ruy Barbosa)**. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1893.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceptual de lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, v. 14, n. 28, 2010, p. 11-31.

SAFFORD, Frank y PALACIOS, Marco. **Historia de Colombia. País fragmentado, sociedad dividida**. Bogotá: Universidad de los Andes: Ediciones Uniandes, 2012.

SAMPER, José María. **Galería nacional de hombres ilustres o notables**. Bogotá: Imprenta Zalamea, 1879.

SAMPER, José María. **Derecho público interno en Colombia**. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1951 [1885].

SAMPER, José María. **Discurso de recepción en la Academia Colombiana de la Lengua**. Bogotá, 6 ago. 1886. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/2150>

SCHNEIDER, Alberto. **Capítulos de história intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Tres generaciones y un largo imperio: José Bonifácio, Porto-Alegre y Joaquim Nabuco. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008. p. 363-386.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. E-book. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERJE, Margarita. **El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TOVAR, Leonardo. Ciencia y Fe: Miguel Antonio Caro y las ideas positivas. In: SIERRA, Rubén (org.). **Miguel Antonio Caro y la cultura de su época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 33-55.

TOVAR ZAMBRANO, Bernardo. Porque los muertos mandan: el imaginario patriótico de la historia colombiana. In: ARCHILA, Mauricio; TOVAR ZAMBRANO, Bernardo (orgs.). **Pensar el pasado**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1997. p. 125-169.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, 2009, p. 12-28.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

UREÑA, Jaime. La idea de heterogeneidad racial en el pensamiento político colombiano: una mirada histórica. **Análisis Político**, n. 22, 1994, p. 5-25.

VARES, A. Dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, 2011, p. 121-139.

WADE, Peter. **Raza y etnicidad en Latinoamérica**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. *Tempos Históricos*, v. 19, n. 1, 2015, p. 63-79. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v19i1.12762>

ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. Miguel Antonio Caro y la emancipación hispanoamericana. **Thesaurus**, v. XXI, n. 3, 1966.

Recebido em 31-05-2026.

Aprovado para publicação em 17-01-2026.